

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 19.02.2019

Metas de desenvolvimento da arborização urbana

Em Outubro de 2018, realizou-se, em Guangdong, a Palestra sobre a Construção Urbana da Floresta, em que 27 cidades do país foram classificadas como cidades florestais nacionais, incluindo Shenzhen e Zhongshan, assim, todas as nove cidades do Delta do Rio das Pérolas tornaram-se cidades florestais. Foi recentemente criado o conjunto de cidades florestais nacionais do Delta do Rio das Pérolas, estabelecendo-se um novo padrão de segurança ecológica para a construção da Grande Baía. Sendo Macau uma das cidades da Grande Baía, não pode menosprezar os trabalhos de conservação ecológica nem o plano de desenvolvimento das áreas verdes e arborização.

A fisionomia urbana de Macau sofreu grandes mudanças com a construção de diversas instalações públicas, o que constitui um desafio para o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a preservação ecológica, durante o reordenamento e planeamento a longo prazo da cidade. Segundo o Planeamento da protecção ambiental de Macau (2010-2020), com vista ao desenvolvimento das acções de protecção ambiental foram definidos 3 temas principais - a optimização do ambiente, para o tornar mais habitável e mais adequado ao turismo, a promoção de uma sociedade de reciclagem e economizadora de recursos, e a integração regional, para criar um círculo mais ecológico e de qualidade - e também 11 indicadores verdes do planeamento. A taxa de área urbana arborizada é o indicador verde que melhor reflecte o nível de arborização de Macau, refere-se à proporção entre a soma das zonas verdes - de lazer e recreio, de transporte rodoviário, de viveiros e ecológicas - e a área total urbana, excluindo a área dos reservatórios de água. De acordo com a página electrónica do IAM, em 2010, a área verde de Macau era cerca de 12,4 quilómetros quadrados, representando 41,7% da área total, mas esses dados não têm sido actualizados. Nos relatórios de avaliação de 2012 e 2016 sobre a execução do referido Planeamento, não há dados sobre os indicadores verdes da “taxa de área urbana arborizada”, não sendo possível saber qual é a situação de execução do tal planeamento. Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Conhecimento geral sobre as florestas verdes. Sugere-se que o Governo resolva quanto antes a falta de dados sobre a taxa de área urbana arborizada, para que os serviços públicos e os cidadãos fiquem a saber da situação dos espaços e zonas verdes de Macau. Com o aumento da população e o desenvolvimento económico dos últimos anos, tem aumentado a procura de terrenos para o desenvolvimento social, portanto, há uma grande pressão quanto à manutenção das zonas verdes, e só conhecendo correctamente as informações

é que podem ser exploradas políticas de desenvolvimento ecológico.

2. Pormenorização dos objectivos do desenvolvimento verde. Tomando como referência os critérios de avaliação das “Cidades Florestais Nacionais”, há que estabelecer indicadores de arborização gerais aplicáveis a Macau. Para além da taxa de área urbana arborizada, há que considerar a arborização das vias públicas, a construção de corredores ecológicos e de arborização da zona costeira, etc., e há ainda que aproveitar a oportunidade da construção dos novos aterros para criar um ambiente mais habitável e mais ecológico para os cidadãos.

3. Definição de critérios para a arborização nos edifícios. Proponho ao Governo que reforce o estudo sobre o aumento da taxa de cobertura das zonas verdes da cidade através da arborização vertical, enriquecendo os elementos de arborização da cidade, e que, em conformidade com a legislação respectiva, seja incluída no referido Planeamento a arborização tridimensional e de cobertura, com vista a aumentar a taxa de utilização dos terrenos na Península de Macau, que se encontram quase saturados. E assim, é de crer que o efeito de estufa e as ilhas aquáticas possam vir a ser atenuados.

Durante dois anos consecutivos, Macau sofreu duas calamidades naturais das mais graves, ao ser atacada pelos tufões “Hato” e “Mangkhut”. As situações da vegetação florestal, das árvores, das zonas verdes e dos jardins merecem a nossa reflexão. A protecção ecológica é um trabalho permanente, e o conceito de “verde” depende da prática, então, espera-se que o Governo, através da construção sistemática de uma cidade arborizada, possa encaminhar Macau rumo ao desenvolvimento de um ambiente ecológico habitável e propício para o turismo e para o trabalho.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 19.02.2019

Assegurar a mudança do Governo sem sobressaltos e promover o desenvolvimento sustentável da RAEM

Este é o ano da mudança do Governo da RAEM. O Chefe do Executivo publicou, recentemente, uma ordem executiva com a marcação, para 16 de Junho, da eleição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo. Nos termos da lei, prevê-se que a eleição do Chefe do Executivo poderá realizar-se em meados de Agosto. No passado dia 11, foi publicada no Boletim Oficial a lista dos membros da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo, e no dia 13 teve lugar a sua tomada de posse, o que assinala o início dos trabalhos da eleição. Prevê-se que, nos próximos seis meses, as prioridades do Governo irão inclinar-se para a referida eleição, o que poderá criar uma série de impactos nas acções governativas.

Olhando para os diversos países e regiões, tanto no sector académico como nos sectores de actividade, verifica-se que a mudança de Governo pode trazer certas oscilações económicas, devido à mudança de pessoal e à incerteza política, conduzindo à formação de um ciclo económico. Com as mudanças da conjuntura política e económica internacional, no ano passado, o Governo procedeu ao ajustamento da previsão económica de “estável com progresso” para “estável com variações”, o que demonstra que a economia de Macau vai enfrentar dificuldades e desafios.

Para evitar que a mudança de mandato do Governo da RAEM afecte negativamente o desenvolvimento socioeconómico de Macau, apresento as seguintes duas sugestões:

Primeiro, a salvaguarda da persistência e da estabilidade das políticas definidas. Ora, para que a árvore cresça, há que consolidar as suas raízes, e, para que a água flua para longe, há que fazer a dragagem. O Governo deve criar um bom ambiente social, para garantir que os trabalhos da eleição do Chefe do Executivo decorram sem sobressaltos e que as diversas linhas de acção governativa e as políticas sejam prosseguidas de forma eficaz, sem abrandar nem parar devido à mudança de mandato, garantindo também a concretização, sem sobressaltos, dos diversos objectivos da acção governativa, em prol do bem-estar da população.

Segundo, a salvaguarda da continuidade das políticas definidas. Na realidade, na mudança de mandato de um Governo há sempre o problema de “o novo governante ignorar as contas antigas”. Com frequência, os planeamentos, os planos de concepção, as linhas de acção governativa e os compromissos políticos são derrubados, devido à mudança de mandato do Governo e do seu pessoal, o que desfavorece a continuidade de certas políticas e provoca não só o

desperdício de recursos administrativos como custos sociais. A regularidade é relevante para a governação. As estratégias e medidas para o desenvolvimento socioeconómico de Macau devem manter-se contínuas e estáveis, sob pena de pôr em causa o desenvolvimento social e as gerações vindouras. O Governo da RAEM deve criar e aperfeiçoar, de forma gradual e contínua, os respectivos mecanismos, a fim de os governantes, a par de se dedicarem à abertura de um novo capítulo, continuarem a dar importância às contas antigas. Isto contribui para pôr fim ao fenómeno de “as reformas políticas deixarem de ter efeito com a mudança dos governantes” e à situação embaraçosa de assumir novos compromissos, apesar de os antigos não terem sido honrados.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 13-11-2018

Registou-se um aumento contínuo dos visitantes, no ano passado, registaram-se 35,8 milhões, batendo-se um novo recorde. Durante a semana dourada do Ano Novo Chinês, entre a véspera e o 6.º dia do Ano Novo Lunar, Macau recebeu mais de 1,21 milhões de visitantes, um aumento de 26,6 por cento em relação ao ano passado. Por outro lado, vários postos fronteiriços, principalmente as Portas do Cerco, e alguns pontos turísticos tiveram de se sujeitar, durante vários dias, ao controlo do fluxo de pessoas. Perante o elevado número de turistas, que tem aumentado de forma significativa, alguns residentes afirmam que a cidade está condenada a explodir.

Macau é uma cidade pequena com muitos habitantes, e com o desenvolvimento contínuo do sector do turismo, as pressões sobre a passagem fronteiriça, o trânsito, as instalações turísticas e a segurança são cada vez maiores. A sociedade está sempre preocupada com o aumento da capacidade de acolhimento de Macau, o que não só diminui a qualidade do sector dos serviços, como também afecta a experiência dos turistas e o quotidiano dos residentes.

O “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau” propõe a avaliação da densidade de pessoas e da capacidade dos pontos turísticos com grande concentração de turistas, incluindo as praças e os passeios; a avaliação dos itinerários dos veículos e peões, bem como dos percursos de emergência, por forma a resolver os problemas de segurança e de congestionamento dos pontos turísticos; e ainda a gestão eficaz e o planeamento do fluxo de pessoas. Assim sendo, apelo ao Governo para rever e aperfeiçoar as políticas do turismo, e para, tendo em conta as limitações de espaço e de recursos humanos locais, atrair turistas de alto consumo, aproveitando os megadados e aumentando os pontos turísticos. E mais, deve acelerar as obras, quer nos postos fronteiriços quer as relacionadas com o trânsito, concretizando eficazmente as medidas de desvio de pessoas, aliviando a pressão da cidade, assegurando o desenvolvimento sustentável do sector do turismo e reduzindo os impactos para a população.

A maior parte dos visitantes continua a entrar e a sair de Macau através das Portas do Cerco. O Governo deve concluir, quanto antes, as obras do Posto Fronteiriço de Qingmao e concretizar a mudança de instalações do posto fronteiriço da Ponte Flor de Lótus para a Ilha de Hengqin, recorrendo à adopção de medidas para o desvio de visitantes para outros postos fronteiriços, aliviando a pressão do trânsito e do fluxo de pessoas nas proximidades das Portas do Cerco. O Ano Novo Chinês é um período de pico de turistas do Interior da China, a Avenida de Almeida Ribeiro fica repleta de pessoas, e mesmo que os agentes policiais ajudem a controlar o fluxo de pessoas, a luta nas vias públicas entre peões e veículos continua a ser muito grave. E como os agentes policiais têm dificuldades em controlar a situação, é fácil a ocorrência de acidentes. Proponho ao Governo que estude a criação de zona pedonal, durante a semana dourada,

nas vias públicas adequadas, na zona da Almeida Ribeiro e no Centro, para otimizar o ambiente nessas zonas. Para aliviar o congestionamento de alguns pontos turísticos, pode considerar-se a criação de novas zonas turísticas na Strip do COTAI, em complemento dos pontos turísticos tradicionais, de modo a reduzir o impacto do desenvolvimento do sector turístico nos bairros comunitários.

Quanto ao turismo inteligente, a DST está a criar uma base de dados de grande dimensão para promover o turismo inteligente. A meu ver, os dados permitem que os serviços competentes se preparem para gerir bem o fluxo de pessoas e, a par disso, devem ainda aprofundar a sua aplicação, por forma a disponibilizar rapidamente, aos visitantes e residentes, informações sobre o fluxo de pessoas, o turismo, e alertas aos turistas, ajudando a desviar os visitantes e a elevar a qualidade dos serviços turísticos de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 19.02.2019

Há que reforçar os elementos e as actividades extra jogo no decorrer da renovação ou da abertura de concurso para a concessão de licenças de jogo

O sector do jogo tem um grande impacto na economia de Macau e na vida da população. Duas licenças de jogo vão expirar no próximo ano, e as restantes em 2022. O Chefe do Executivo, Chui Sai On, afirmou que, após o seu termo, ia proceder à abertura de concurso. O Governo salientou várias vezes que ia “auscultar constantemente as opiniões da sociedade”. Afinal, como vai o Governo fazer uma boa regulamentação, é algo que merece a atenção da sociedade.

Há dias, houve quem propusesse renovar, por agora, as duas licenças de exploração de jogos até 2022, para o respectivo tratamento conjunto depois. Até ao momento, o Governo não respondeu formalmente, mas parece que vai seguir nesse sentido. A meu ver, o Governo deve avaliar o desempenho das concessionárias do jogo, tendo em conta o relatório sobre a revisão intercalar do sector e as exigências sociais sobre as responsabilidades a assumir por essas concessionárias. Como é que as incentivou a melhorar o seu desempenho e a rentabilidade social, nomeadamente, reforçando os elementos e as actividades extra jogo, protegendo os direitos e interesses de emprego e melhorando o ambiente de trabalho, é algo que merece ponderação.

Quanto às duas concessionárias do jogo cujas licenças vão expirar no próximo ano, o relatório sobre a revisão intercalar do sector demonstra que, no âmbito extra jogo, as receitas, o número de trabalhadores e as áreas de exploração são inferiores às do sector do jogo. Essas concessionárias empregaram esforços, nos últimos anos, na melhoria da situação? Que requisitos foram exigidos pelo Governo para otimizar o desempenho extra jogo? Antes de considerar a prorrogação contratual, o Governo deve esclarecer o seguinte: no passado e no futuro, como é que incentivou e vai incentivar as concessionárias a aumentarem os conteúdos e a proporção de rendimentos dos elementos extra jogo? Não se deve renovar os contratos sem se estabelecer condições, quando chegar o tempo para o efeito.

Um dos objectivos do Plano Quinquenal (2016-2020) é promover o crescimento dos elementos extra jogo, e o peso total das receitas das actividades extra jogo das concessionárias do jogo é de 9 por cento. Segundo o Relatório da análise do sistema de indicadores estatísticos para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau 2017, nos últimos anos, as receitas extra jogo das concessionárias do jogo têm aumentado, mas, descontando os serviços de alojamento ou de restauração oferecidos aos clientes, como serviços gratuitos ou benefícios, as receitas das actividades extra jogo foram de 6,8 por cento, havendo ainda uma grande diferença em relação ao objectivo pretendido. Mais, a maior parte das receitas destinou-se a actividades de

alojamento e restauração. A sociedade espera que o Governo defina claramente os indicadores de avaliação dos elementos extra jogo, acrescentando outros para atrair diferentes tipos de turistas, tais como, actividades familiares, espectáculos, convenções e exposições, etc., em vez de contabilizar apenas as actividades de alojamento e restauração, e considera-se que o objectivo foi alcançado.

Por outro lado, nos últimos anos, foi frequente a celebração de contratos provisórios de serviços públicos ou com renovação de curto prazo, assim, o Governo deve aperfeiçoar todo o mecanismo de negociação e concessão dos contratos de serviços públicos, devendo as partes reunir-se e negociar, dois ou três anos antes do termo do prazo dos contratos de concessão do exclusivo da exploração ou de serviços públicos, com tempo suficiente para ouvir as opiniões da sociedade, a fim de evitar que situações de contratos provisórios ou de renovações de curto prazo se repitam e que haja a prorrogação de algumas disposições injustas que prejudicam o interesse público. Solicito ao Governo, mais uma vez, que defina, de forma clara, o mecanismo de consulta e publicação da apreciação dos contratos públicos, e que dialogue com a sociedade, antes e durante as negociações com as operadoras, para evitar que só se tome conhecimento dos contratos após a sua celebração, contrariando as expectativas da população.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 19.02.2019

Estudar o rumo a seguir para o desenvolvimento sustentável do sector da construção civil de Macau

Com a conclusão sucessiva de casinos e hotéis de grande envergadura, o sector da construção civil entrou numa fase de abrandamento, por isso, o sector só espera que as obras públicas lançadas pelo Governo possam preencher as lacunas. Como são poucas as obras públicas e muitas as empresas, algumas delas optam por um preço mais baixo do que o do mercado para ganhar o concurso público. Esta situação não é uma concorrência saudável, não é favorável à sobrevivência do sector, e também origina vários problemas, como a qualidade das obras, etc. Por outro lado, com a entrada em 2019, será lançado em breve o plano de desenvolvimento da Grande Baía, e acredita-se que o ritmo da cooperação regional vai ser acelerado. Temos de aproveitar esta grande oportunidade da Grande Baía para definir, quanto antes, uma política de desenvolvimento sustentável a curto, médio e longo prazo, e reforçar a cooperação com as diversas partes da Ilha de Hengqin, a fim de servir como uma plataforma importante de importação para a integração de Macau na Grande Baía.

O futuro desenvolvimento sustentável do sector da construção civil de Macau pode ser discutido em três áreas:

Integração na Zona da Grande Baía: Cooperação e complementaridade entre as diferentes regiões, para Macau poder aprender, de forma mais profunda, as experiências de Hong Kong na formação de talentos profissionais na área da construção civil. Deverá incentivar-se a nova geração de Macau a integrar-se no sector das obras de construção civil, apoiar-se os respectivos sectores na utilização de equipamentos avançados, e elevar-se a técnica e a imagem do pessoal da construção civil.

Tecnologia: A aplicação de novas tecnologias na construção civil, nomeadamente, a tecnologia das peças pré-fabricadas, pode reduzir significativamente o prazo de execução, reduzir os custos, e melhorar a protecção ambiental, a qualidade e a segurança na construção.

Inovação: O sector da construção local tem de dar prioridade à electrónica e digitalização da gestão de projectos e dos processos de aquisição, execução de obras e entrega dos projectos, a fim de aumentar a eficiência e a competitividade nesta entrega. A inovação é, com base no existente, desenvolver com coragem um pensamento inovador, nomeadamente, atraindo jovens para a profissão, o que, com a transmissão das experiências valiosas dos mais velhos e o novo pensamento de abertura, vai dar mais vitalidade ao sector.

O Conselho para o sector da construção civil de Macau, que tenho vindo a

querer criar, é uma plataforma ideal para a inovação deste sector, reunindo as forças de todas as partes interessadas e do Governo, para tirar o máximo proveito dos recursos limitados de Macau. As principais funções deste Conselho seriam:

1. Aumentar efectivamente a competitividade do sector da construção civil local, através de planos e apoios de médio e longo prazo;

2. Enquanto plataforma principal de diálogo entre o sector e o Governo, tomar uma atitude eficiente na discussão dos assuntos, chegar a um consenso, com justiça e imparcialidade, e encarar e resolver adequadamente os problemas que o sector da construção civil de Macau enfrenta;

3. Alcançar um consenso sobre diversos assuntos, após a aprovação pelos serviços públicos que decidem as políticas, para reduzir os recursos administrativos do Governo e os projectos serem desenvolvidos rapidamente, o que é muito benéfico para os cidadãos e o sector em causa.

4. Conceber, planear e promover o rumo e o espaço para o futuro desenvolvimento do sector da construção civil local, promover a profissionalização do sector e atrair o ingresso na profissão de mais jovens talentosos.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 19.02.2019

O Governo deve criar uma plataforma “online” para a recolha uniforme de opiniões

Aquando da reestruturação no início deste ano, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) passou a Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), que criou logo uma plataforma “online” para prestar serviços municipais, em prol da recolha das opiniões dos cidadãos sobre a “higiene ambiental”, os “jardins/zonas verdes e de lazer”, as “instalações e equipamentos” e a “segurança alimentar”. O IAM prometeu uma resposta no prazo de 24 horas, tratando, de imediato, das questões relativas à higiene ambiental e à segurança alimentar. O referido serviço foi lançado há mais de um mês, e o IAM afirmou que já recebeu centenas de casos, envolvendo, principalmente, a questão da acumulação de lixo nas vias públicas. A respectiva taxa de resposta e tratamento atingiu cem por cento.

Tal plataforma “online” pode articular-se com os trabalhos do governo electrónico, promovendo a informatização dos serviços municipais e permitindo aos cidadãos o acesso à plataforma através do telemóvel para apresentação imediata de opiniões. A meu ver, tal medida merece divulgação, e a sociedade reconhece também este rumo. A situação real reflecte a recepção de mais de 10 opiniões por dia, o que mostra que ainda há margem para elevar a sua taxa de utilização, tendo em conta que o limite máximo do sistema é a recepção de 6000 opiniões por hora. Os serviços competentes devem proceder à recolha de dados em prol da análise da referida baixa taxa de utilização. Será que isto se deve à falta de divulgação e de conhecimento dos cidadãos sobre os serviços prestados? Ou deverão reforçar a conveniência no uso do sistema para atrair mais utentes? Claramente, o sistema entrou em funcionamento há pouco tempo e os seus resultados ainda estão por rever. Desejo que o Governo aproveite bem a plataforma “online” para elevar a taxa de resposta. Os cidadãos devem, por sua vez, cumprir os deveres cívicos, opinando activamente e contribuindo para a optimização dos trabalhos municipais de Macau.

A plataforma “IAM em Contacto” é um bom início para uma articulação com o ritmo do desenvolvimento social, numa época de “uma pessoa, um telemóvel”, o que vai alterar a imagem estereotipada do Governo, pois, antes, as opiniões apresentadas caíam em saco roto. Sugiro que, no futuro, seja dado mais um passo, para, através de “software” de comunicação mais popular, a população transmitir de imediato as suas opiniões aos agentes de serviço “on-line”, enviando informações e fotografias. Os outros serviços públicos, como os de segurança, desporto, turismo, obras públicas, etc., também podem tomar como referência este modelo do IAM, para estreitar o contacto com a população.

Por outro lado, segundo a sociedade, é relativamente difícil apresentar aos serviços competentes os assuntos interdepartamentais, e estes terem um

acompanhamento, porque, primeiro, há que saber qual o serviço responsável pelo assunto e, segundo, há dificuldades em contactá-lo. Mesmo que seja possível esse contacto, o serviço em causa também pode esquivar-se às responsabilidades e não resolve o problema. Futuramente, se o Governo recorrer a uma única plataforma “online” para a recolha de opiniões, e se as distribuir aos serviços competentes para acompanhamento e resposta, poderá reduzir a aposta em recursos humanos e facilitar a vida da população, em prol do desenvolvimento do governo electrónico.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 19-02-2019

Optimizar as instalações complementares para equilibrar o desenvolvimento do turismo

O turismo é uma indústria relevante que suporta o desenvolvimento da economia de Macau, sendo deveras importante o seu crescimento no âmbito do centro mundial de turismo e lazer. Macau tem uma área de apenas 30 km² e recebe anualmente cerca de 31 milhões de visitantes, o que constitui uma pressão ao nível da sua capacidade de acolhimento, e para o aproveitamento de terrenos, trânsito, transportes, preço dos produtos e pontos turísticos.

Com a entrada em funcionamento da Ponte do Delta em Outubro, esta passou a ser um dos pontos turísticos a não perder para os visitantes da China Continental. Segundo a imprensa, na semana dourada do Ano Novo Chinês entraram em Macau 1 milhão 210 mil visitantes, registando-se intermináveis filas de pessoas nas sala de espera dos postos fronteiriços da Ponte do Delta e das Portas do Cerco, onde foram aplicadas medidas para a passagem em grupo. A Avenida de Almeida Ribeiro e as zonas próximas das Ruínas de S. Paulo ficaram, como não podia deixar de ser, apinhadas de pessoas. As autoridades tinham planos para fazer face a essas situações, tais como medidas de reforço dos dispositivos policiais para manutenção da ordem e condicionamento da circulação de pessoas em algumas zonas, mas certo é que o dia-a-dia e as deslocações dos residentes foram afectados.

É verdade que o grande número de turistas nos trouxe grande desenvolvimento económico e um aumento da receita financeira, no entanto, como faltam infra-estruturas e recursos, o excesso de turistas e o rápido desenvolvimento do sector vão resultar num desenvolvimento social desequilibrado, dando origem a fortes contradições entre a procura de mais turistas e a vida da população. O equilíbrio entre a distribuição de recursos e o desenvolvimento económico é, sem dúvida, um desafio para Macau enquanto cidade turística. Em 2017, o Governo divulgou o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, com o objectivo principal da capacidade de acolhimento de turistas, porém, o Governo não dispõe de políticas e medidas claras, daí as críticas da sociedade aos trabalhos que tem desenvolvido, que acusa de não serem satisfatórios.

Não há dúvida que o sector do turismo é muito importante para o desenvolvimento de Macau. Este sector já está a ser desenvolvido há algum tempo, por isso, a procura de mais turistas é passado, o futuro está na transformação de Macau num centro mundial de turismo e no desenvolvimento deste sector em termos de qualidade. Segundo as previsões das autoridades, até 2025, Macau vai receber anualmente 40 milhões de visitantes, portanto, face a

este elevado número, o Governo deve colaborar com os serviços públicos no tratamento dos edifícios e na renovação das zonas, mantendo, por outro lado, o equilíbrio entre o desenvolvimento do sector do turismo e o ambiente habitacional. Como o Governo da RAEM ainda é muito jovem, este trabalho não será fácil, e se não houver esforço, terá de enfrentar muitos desequilíbrios que vão afectar a sua governação.

Relativamente à capacidade de acolhimento, o Governo, enquanto responsável, deve definir um plano para o desenvolvimento da cidade, ajustar as estratégias para o desenvolvimento do turismo, controlar a expansão excessiva dos respectivos números e aperfeiçoar os elementos complementares internos da cidade. Perante a situação registada durante os feriados, sugere-se a criação de mecanismos de alerta e resposta, o recurso a meios científicos de controlo, tais como megadados, e o reforço da monitorização e controlo inteligentes dos fluxos de pessoas nos postos fronteiriços e pontos turísticos, a fim de, através de diversos canais e plataformas, emitir alertas aos turistas sobre a visita aos pontos turísticos, evitando os períodos de pico. Sugere-se ainda a agilização da construção de software e hardware no âmbito do turismo. Com as actuais condições, há que recorrer a uma distribuição científica dos recursos turísticos e que melhorar o ambiente da cidade ao nível do turismo e do lazer, aproveitando bem as suas vantagens, tais como os recursos turísticos regionais, a cooperação regional, etc., e criando mais e diversos produtos de turismo e de lazer, com vista à densificação do enquadramento dos pontos turísticos, tais como o bom aproveitamento dos 85 km² de áreas marítimas para o desenvolvimento do turismo. Ao mesmo tempo, há que promover os apoios ao aumento da qualidade do sector do turismo e que colaborar e comunicar com as entidades do Interior da China para combater as excursões gratuitas ou a custo zero, a fim de desenvolver um turismo de qualidade, de promover a vinda de mais turistas individuais, internacionais e com alta qualidade, e de reduzir o impacto das excursões para os bairros comunitários. Enfim, quanto à construção de um centro mundial de turismo e de lazer, não se pode esquecer os turistas, mas o mais importante é os residentes também poderem usufruir do lazer.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Ip Sio Kai em 19.02.2019

Segundo os Serviços de Turismo (DST), durante a semana dourada do Ano Novo Chinês Macau recebeu mais de 1,12 milhões de turistas, mais de 26% em comparação com o período homólogo do ano passado. E entre esses, quase 900 mil eram do Interior da China, ou seja, um aumento de 25,6% em comparação com ano passado.

A zona centro é, desde sempre, a zona mais visitada pelos turistas, e durante o Ano Novo Chinês ficou ainda mais cheia, sobretudo nas Ruínas de São Paulo e na Avenida de Almeida Ribeiro, que foram completamente conquistadas pelos turistas. Tal como no passado, o Governo destacou mais polícias para manter a ordem e controlar a multidão, e aplicou ainda medidas para controlo do fluxo de pessoas nas Ruínas de São Paulo e na Avenida de Almeida Ribeiro. Os turistas da zona desta Avenida foram apressados a seguir o mesmo rumo, como se fossem um bando de patos. Estas medidas de controlo são eficazes para dispersar as pessoas, mas reduzem a vontade dos turistas, pois mesmo que queiram tirar fotografias ou fazer compras, não podem, só lhes resta seguir as pessoas à sua frente, o que resulta numa má experiência para os turistas. Além disso, demasiados turistas nas vias públicas afectam gravemente as deslocações dos moradores, que se queixam de, todos os dias, no regresso a casa, ter de lutar corpo a corpo com os turistas.

Não é novidade nenhuma que, nos últimos anos, as zonas turísticas foram totalmente conquistadas pelos turistas durante os feriados e fins-de-semana, mas mesmo assim, não se vê nenhuma solução da DST, só há alguns anos é que lançou oito roteiros turísticos a pé “Sentir Macau passo-a-passo”, para redireccionar os turistas para diferentes zonas e impulsionar o desenvolvimento do turismo comunitário, pena é que, até ao momento, não se vislumbrem quaisquer resultados. Pode dizer-se que o Governo tem vindo a marcar passo na triagem de turistas e no escoamento do trânsito, porque, para além das medidas de controlo do fluxo de pessoas, não dispõe de quaisquer outras para resolver o problema.

E mais, não é só o problema das multidões nas zonas turísticas, pois também ainda não foi possível acabar com as irregularidades dos táxis. Segundo a Polícia de Segurança Pública (PSP), durante o Ano Novo Chinês registaram-se 313 infracções - 244 de cobrança abusiva de tarifas, 42 de recusa de transporte, 27 infracções de outros tipos e 8 casos de “táxis clandestinos”.

Macau é uma cidade turística, mas os fenómenos da cobrança abusiva de tarifas e da recusa de transporte por parte dos taxistas são a imagem que se dá

aos turistas, contrariando o posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e lazer.

De facto, já há uns anos apresentámos muitas opiniões e sugestões sobre o redireccionamento do fluxo de pessoas das zonas turísticas, mas o Governo ainda não tomou qualquer medida concreta, por isso, apelamos mais uma vez ao Governo para que estude e pondere a possibilidade de transformar a Avenida de Almeida Ribeiro numa via pedonal em determinados períodos, por forma a reduzir a disputa entre peões e veículos e a permitir que os turistas gozem de uma boa experiência de visita e de compras. Por outro lado, Macau tem de resolver radicalmente o problema da concentração de pessoas nas zonas turísticas mais procuradas. O Governo deve criar condições para atrair mais turistas a visitar e a consumir noutras zonas, por isso, sugiro que acelere a concretização da renovação urbana, utilize, renove e altere os ricos recursos turísticos dos bairros antigos, insira elementos comerciais nesses bairros, e proceda à conjugação dos elementos comerciais e gastronomia, com vista a transformar os bairros antigos em novos pontos turísticos.

Sugere-se aos serviços da pasta do trânsito a realização de um estudo sobre a criação de “carreiras especiais rápidas” nos fins-de-semana e feriados, para a ligação directa entre os postos fronteiriços e os pontos turísticos, para facilitar as deslocações dos turistas e, conseqüentemente, desviar as pessoas das Ruínas de São Paulo e da Avenida de Almeida Ribeiro. Mais, essa medida também contribuiria para reduzir a luta por transportes públicos entre turistas e população, aliviando a pressão das deslocações da população.

Espera-se que o Governo proceda a estudos sobre a criação de um ambiente turístico de qualidade, a fim de concretizar o redireccionamento dos turistas, otimizar as instalações complementares de trânsito e combater seriamente as irregularidades praticadas pelos taxistas, a fim de facilitar a deslocação dos turistas e dos cidadãos e de criar uma boa imagem turística da cidade de Macau, permitindo a sua transformação num destino turístico de conforto, lazer e com características próprias.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.02.2019

De acordo com os dados dos Censos 2011, a população da zona noroeste (Fai Chi Kei, Ilha Verde e Tamagnini Barbosa) já ultrapassou as 70 mil pessoas. Com a conclusão sucessiva, nos últimos anos, de vários grandes empreendimentos de habitação pública e privada na Ilha Verde, é cada vez mais elevada a densidade populacional nesta zona, por isso, o Governo já definiu, no plano respectivo, a Ilha Verde como ponto de ligação ao novo acesso entre Guangdong e Macau (Posto Fronteiriço Qingmao). No entanto, apesar do desenvolvimento, o ambiente habitacional nesta zona não melhorou, ainda existem muitos problemas, tais como, a desordem do planeamento urbanístico, a falta de instalações complementares de trânsito e comunitárias, muitas oficinas de reparação de automóveis e sucatas, a acumulação de grande quantidade de veículos abandonados, a falta de gestão e de conservação adequada da Colina da Ilha Verde, bem como o depósito provisório de distribuição de combustíveis, que ainda não foi transferido. Estas "doenças" já perturbam o Bairro da Ilha Verde há muitos anos, e os trabalhos de conservação, optimização do ambiente e qualidade de vida da população não têm sido alvo de atenção, portanto, os moradores acham que esta zona está a ser marginalizada.

O Plano de Ordenamento Urbanístico da Ilha Verde foi apresentado pela Administração Portuguesa em 1996, mas como antes do retorno à Pátria não estavam reunidas as condições, não foi concretizado. Em 2009 o Governo retomou-o e em 2011 realizou uma consulta pública. Na altura a proposta era transformar a Ilha Verde num bairro comunitário com cerca de 27 mil pessoas, retirar o depósito provisório de distribuição de combustíveis, aperfeiçoar as instalações comunitárias complementares, construir um mercado e um jardim municipais, etc., e os residentes ficaram ansiosos pela respectiva concretização. Mas passaram-se muitos anos e apenas foram concluídos os projectos de habitação pública e complexos habitacionais privados, foi aberto o centro de saúde da Ilha Verde, mas nada foi feito em relação às instalações comunitárias e respectivo planeamento, e não há calendarização para a retirada do depósito provisório. Não há notícias sobre o Plano e as autoridades também nada mais adiantam. O Governo utilizou tempo e dinheiro com estudos sobre o plano de ordenamento, conseguiu alguns resultados, mas acabou por deitar tudo por água abaixo, suspeitando-se de ter havido desperdício do erário público.

O projecto de construção do posto fronteiriço de Qinmao avança a todo o vapor, e é de todo necessário planear e executar, em simultâneo, as instalações complementares na zona da Ilha Verde, esse trabalho não pode ser deixado para depois, senão os resultados serão grande pressão para o trânsito na Areia Preta, Ilha Verde e Fai Chi Kei, graves repercussões na qualidade de vida dos residentes e complicações e dificuldades em solucionar os problemas. Espero que o Governo retire lições do congestionamento do trânsito na zona da Pérola do Oriente aquando da abertura da Ponte do Delta, no sentido de aumentar a eficácia no escoamento do trânsito nos postos fronteiriços. Além disso, sugiro ao Governo

que aproveite a construção do novo acesso Macau-Guangdong para rever e alterar o Plano de Ordenamento Urbanístico da Ilha Verde no respeitante à população, transportes, trânsito, cuidados de saúde, cultura, etc. Mais, espero que melhore a comunicação e a coordenação interserviços públicos quanto ao planeamento prospectivo das necessidades de desenvolvimento da Ilha Verde e à definição duma data para a sua conclusão, no sentido da optimização dos transportes, trânsito e equipamentos sociais e turísticos; determinação em atingir os objectivos do plano; melhoramento das instalações complementares turísticas e do dia-a-dia, do ambiente de negócios e da segurança. No que respeita ao trânsito, espero que o Governo mude de mentalidade e de estratégia, estude a criação de eixos modais e de viadutos, planeie cientificamente os itinerários dos transportes colectivos e optimize as instalações de travessia, e ainda que anuncie, quanto antes, a localização do terminal de autocarros e o calendário de funcionamento dos silos-auto, tudo para facilitar as deslocações dos residentes.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 19.02.2019

Rejuvenescer as lojas típicas

Após os preparativos, foi divulgado, no mês passado, o resultado da selecção do primeiro grupo que integra a “marca típica de Macau”. Trata-se de um passo importante para concretizar o plano de apoio à remodelação das marcas típicas, referido nas LAG de 2019, e apoiar, como propõe o Plano Quinquenal, as lojas típicas, na melhoria do ambiente de operação e na exploração de oportunidades comerciais.

As lojas antigas típicas fazem parte da memória das pessoas de Macau, e representam a “marca de Macau” para os turistas. Simbolizam a passagem da história e da cultura, sendo uma componente importante na construção de um centro mundial de turismo e lazer. A selecção de lojas típicas é o primeiro passo e, no futuro, é necessário dar o segundo e o terceiro passos, isto é, garantir a sua continuação, inovação, promoção e exploração de oportunidades de negócio. Assim, passo a passo, as lojas típicas vão rejuvenescer com sucesso.

O rejuvenescer dessas lojas passa pela continuação, inovação na filosofia e modelo de negócio, investimento e cooperação entre o Governo e a sociedade.

Primeiro, para as lojas com sucessores, sugere-se que o Governo apoie a introdução activa de elementos de uma gestão moderna, sobretudo, modelos novos de *marketing* e divulgação. Com o passar do tempo e a acumulação de experiência, as lojas antigas têm muitas técnicas e marcas únicas, e o modelo de exploração das gerações mais velhas depende mais das técnicas tradicionais, comercialização em estabelecimentos físicos, e reputação entre os vizinhos, etc. A nova geração, com novas ideias, pode promover a produção por máquinas, e franquias e comércio electrónico. Assim, as diferentes gerações, em conjunto, podem rejuvenescer as lojas antigas.

Segundo, nas empresas familiares sem sucessores, há que incentivar a inovação da mentalidade e do modelo de exploração, proporcionar cursos de formação de gestão profissional, e introduzir a figura de gerente profissional, para, por vários meios, possibilitar a continuidade das lojas antigas. Montar um negócio é difícil, mas ainda é mais difícil mantê-lo, portanto, as lojas antigas esperam poder continuá-lo. As que se encontram nessa situação, na sua maioria, adoptam o modelo tradicional de exploração, com os trabalhos todos feitos manualmente, por isso, o custo da mão-de-obra é elevado e o âmbito de actividades é estreito. Assim, os donos devem alterar a sua mentalidade e ponderar, quanto antes, a formação dos sucessores.

Terceiro, injectar capital para apoiar as lojas antigas. O desenvolvimento das lojas antigas exige a injeção de capital. Para dar continuidade e desenvolver as lojas antigas, os serviços de finanças do Interior da China, do nível central ao regional, proporcionam-lhes verbas específicas, para alterar os procedimentos das artes tradicionais, melhorar as instalações comerciais e expandir o mercado. Em Macau, para além do apoio financeiro do Governo, também se pode atrair as empresas locais e as de investimento estrangeiras a investirem em lojas antigas, ajudando-as a desenvolver os seus negócios e a obter mais espaço para o desenvolvimento.

Quarto, cooperação entre o Governo e a população para expandir o mercado da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O desenvolvimento das lojas antigas implica apoio municipal, manutenção de estabelecimentos, direito de propriedade intelectual, promoção de marcas, etc. Proponho ao Governo que estabeleça uma coordenação com os serviços competentes, tais como os Serviços de Economia, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, o Instituto Cultural, os Serviços de Turismo, os Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e o Corpo de Bombeiros, para criar um serviço "one-stop" para o efeito. Neste momento, a Grande Baía torna-se um centro para as empresas de Macau, e muitos empresários pretendem entrar na Grande Baía para desenvolvimento. Em relação às lojas antigas interessadas em desenvolver-se na Grande Baía, espero que o Governo melhore os trabalhos estatísticos e identifique os destinatários principais de apoio, a fim de lhes dar a conhecer a situação da Grande Baía, dando-lhes a devida protecção ao nível jurídico, fiscal e de marca.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 18.02.2019

Segundo a população, o rigor na atribuição de prémios e sanções pode servi-la melhor

Este ano é o ano do porco. Eu, o Deputado Zheng Anting e os colegas dos nossos Gabinetes desejam que tudo corra pelo melhor, tudo de novo e de bom para a população, e vamos continuar a lutar por melhor qualidade de vida para a população.

Quanto à vida da população, em 2018, aquando do debate das LAG, apresentei ao Governo uma queixa sobre a falta de papel higiénico nos sanitários públicos, e após o Ano Novo Chinês, verifica-se que são cada vez mais os sanitários públicos equipados com papel higiénico para uso dos cidadãos, uma rápida reacção do Governo que merece aplauso. Mas os cidadãos esperam que isso se estenda a todos os sanitários públicos. Alguns cidadãos sugerem que se trate melhor da higiene dos sanitários públicos, se melhore a sua localização e os trabalhos de sensibilização no âmbito da protecção ambiental e poupança de água, e que se instale sinalização mais clara e detalhada, para que os cidadãos e os turistas possam encontrar facilmente os sanitários públicos. Mais, sugerem o embelezamento dos sanitários públicos, para o ar ficar mais fresco no interior e no exterior, e a consciencialização dos cidadãos e turistas na utilização dos sanitários públicos, especialmente quanto à poupança de papel higiénico e de água.

Os assuntos relacionados com a vida da população são todos importantes. Neste novo ano, os cidadãos precisam de um Governo mais activo, pois só assim é que se pode sentir a felicidade em Macau e que o Governo se preocupa com o bem-estar da população. De acordo com a imprensa, “Em todo o país ocorrem lutas contra a corrupção, com o objectivo de descobrir, o mais cedo possível e com rigor, as “pessoas com duas caras” e os grandes e potenciais perigos existentes entre os quadros da China Continental... Várias províncias e cidades do Interior da China criaram o “prémio caracol” para punir a passividade dos titulares, os que trabalham devagar e as atitudes irresponsáveis. Estabelecendo a comparação com a imagem do búfalo e do cavalo de boa raça, o caracol está sempre associado à lentidão (...) Algumas entidades foram premiadas e as responsabilidades foram efectivadas, e muitas entidades locais, inspiradas pelo referido prémio, atribuem o “prémio de cavalo de boa raça” aos trabalhadores aplicados e pragmáticos, e o “prémio ouriço” e o “prémio avestruz às pessoas com má atitude no trabalho”.

Segundo alguns cidadãos, com o aumento da consciência cívica, cada vez mais pessoas estão conscientes da importância da administração segundo a lei, e que os órgãos administrativos e os funcionários públicos devem compreender claramente isto e, basicamente, cumprir as suas funções nos termos das competências e dos procedimentos previstos na lei. No entanto, desde do retorno

de Macau à Pátria, os problemas relativos à vida da população têm aumentado, e alguns dirigentes continuam a adoptar posturas no trabalho que não procuram o elogio, evitando a assunção de responsabilidades. Para eles, o importante é fazer menos para diminuir as responsabilidades, para errar menos e mesmo não errar, preferem trabalhar menos ou nem sequer trabalhar, quando têm de escolher entre fazer algo mais e trabalhar menos, situações de omissão que afectam directa ou indirectamente o desenvolvimento estável e harmonioso de Macau.

Por isso, segundo sugestões dos cidadãos, o Governo deve rever a eficiência administrativa, ponderar sobre a criação de um regime de prémios e sanções, e aprender com as cidades e províncias do Interior da China, por exemplo atribuir o Prémio Caracol e chamar à atenção dos que trabalham devagar ou não trabalham, e atribuir o Prémio Cavalo aos que fazem bem o seu trabalho, etc.. É evidente que estas designações podem ser definidas pelo Governo ou pelos cidadãos através de votação, para que estes sintam a determinação do Governo em governar para o povo, e para elevar a eficiência e prestígio do Governo. A propósito disto, alguns cidadãos disseram que se o Governo aceitar esta proposta, o IAM será eficiente e o seu desempenho positivo, merecendo então o nosso elogio.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 19.02.2019

Concretizar, quanto antes e nos termos do regime jurídico, o mecanismo de restrições de compra e venda no âmbito da política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”

No final de Janeiro deste ano, na AL, em resposta a uma interpelação oral sobre a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional manifestaram-se: um sublinhou que ainda não tinha sido concedido nenhum terreno, e o outro, que já tinham sido concedidos vários terrenos para desenvolvimento, o que demonstra confusão e contradição, no seio do Governo, no entendimento sobre o mecanismo de restrições de compra e venda no âmbito da política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”. Reafirmo aqui que os dirigentes do Governo da RAEM devem compreender que esse regime visa satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes de Macau (por exemplo, há que estipular que nos novos aterros só os residentes permanentes de Macau sem fracções habitacionais é que podem adquirir não mais do que uma casa). A RAEM, sob o princípio de “um país, dois sistemas”, necessita de respeitar expressamente a economia livre e o direito de propriedade privada, por isso, ao implementar o referido regime, deve assegurar que nenhum terreno foi concedido para habitação privada, para os investidores que pretendam construir habitações privadas nos novos aterros urbanos poderem fazer a sua escolha, tendo em conta o regime de restrições de compra e venda.

O Governo deve compreender que as habitações sociais sob o regime vigente, as habitações económicas vendidas aos cidadãos, cuja transmissão e venda carecem da autorização do Governo, as residências para os trabalhadores da função pública, as habitações temporárias e para troca, e as instalações não habitacionais (como as escolas) não contrariam o regime de limitação de compra de terrenos de Macau para as gentes de Macau, nem implicam a concessão de terrenos antes da implementação deste. Pelo contrário, os governantes devem continuar a assegurar a não concessão de terrenos habitacionais nas zonas dos novos aterros, antes da respectiva consulta pública e legislação, para salvaguardar a intenção inicial de dar resposta às necessidades habitacionais dos cidadãos. Ao realizar o respectivo concurso público, é necessário incluir, claramente, nas respectivas condições, o referido regime de limitação de compra!

Sob o princípio “um país, dois sistemas”, a RAEM tem de respeitar o direito de propriedade privada na economia livre. Ao concretizar o referido regime de limitação de compra, deve assegurar que não sejam concedidos terrenos habitacionais privados, e o actual Governo deve também tentar concretizar, no seu mandato e quanto antes, o referido regime. A Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional deve esforçar-se por concluir o estudo preliminar no primeiro trimestre deste ano, no sentido de promover, no primeiro

(Tradução)

semestre, a consulta pública sobre este regime, para que este possa ser submetido ao Conselho do Planeamento Urbanísticos pelo Chefe do Executivo, para discussão, com base na opinião pública, e para que a respectiva legislação possa ser iniciada no presente mandato.

IAOD do Deputado Au Kam San em 19.02.2019

As autoridades devem mostrar como é que funciona o mecanismo de comunicação com o Interior da China

Há dias, ocorreu um acidente de viação, envolvendo um carro conduzido por um homem de nacionalidade chinesa, não residente, que atropelou um motociclista, causando-lhe ferimentos graves, por não estar habituado ao sentido de circulação de Macau. Como o autor do acidente é não residente e como, em Macau, os processos de inquérito e jurídicos são extremamente morosos, depois do acidente, a vítima não pôde prestar logo depoimento, e os seus familiares receiam que o autor saia de Macau e que seja difícil conseguir a efectivação de responsabilidades. Na realidade, mesmo em caso de envolvimento em acidente de viação tão grave, de acordo com a legislação em vigor, é difícil para as autoridades proibir a saída de não residentes. Se saem, creio que as dificuldades para a efectivação de responsabilidades são maiores.

Quando a sociedade questionou se o reconhecimento mútuo das cartas de condução era adequado, as autoridades de trânsito e de segurança da RAEM assumiram a promessa de que tinha sido criado um mecanismo de comunicação com o Interior da China, e, assim, mesmo que o autor do acidente regresse ao Interior da China, a Polícia pode ainda imputar-lhe responsabilidades jurídicas, através do referido mecanismo.

Mas, mesmo que seja um residente de Macau, é muito difícil exigir a indemnização após um acidente de viação. Os dirigentes do Governo afirmaram que se consegue efectivar as responsabilidades através do mecanismo de contacto com o Interior da China, o que nos leva a concluir que a eficácia dos trabalhos do Governo da RAEM tem vindo a desenvolver-se de forma significativa através da cooperação inter-regional. Como os familiares do interessado estão preocupados com o acidente de viação, o Governo deve aproveitar esta oportunidade para demonstrar a função de cooperação transfronteiriça do referido mecanismo, para que esses familiares e o público possam ficar tranquilos.

Como neste acidente esteve envolvido um condutor não residente, se o seu causador sair de Macau para o Interior da China, o mecanismo de ligação entre Macau e o Interior da China deve ser activado. O Governo deve esclarecer o público sobre o funcionamento desse mecanismo. O Governo vai fazer isso? Qual é a sua função?

Se o autor do acidente for residente do Interior da China, como é que se coopera, através do mecanismo de comunicação entre Macau e o Interior da China, durante os diversos processos complicados do tratamento do caso em Macau, para assegurar que o interessado se sujeita ao auto e à investigação, receba a petição inicial e formule o eventual pedido de instrução respeitante aos

conteúdos da petição inicial, e salvaguardar que possa, depois de ter sido acusado, comunicar com o advogado designado?

Quando o caso for julgado, o Governo pode recorrer aos serviços competentes do Interior da China para obrigar o autor a deslocar-se a Macau para o julgamento? Em caso de indemnização, o mesmo pode ajudar a exigir indemnização civil? (Em Macau, é obrigatório o seguro automóvel para terceiros, mas o valor é de apenas 1,5 milhões de patacas. Caso a indemnização seja superior a este valor, o autor do acidente tem de se responsabilizar pela indemnização civil em excesso.) Se o autor for aqui residente e não assumir a responsabilidade indemnizatória, a vítima pode recorrer aos tribunais para a emissão da ordem de execução. Se for residente do Interior da China, é possível recorrer ao mecanismo de comunicação entre Macau e o Interior da China para obrigar o autor do acidente, através do tribunal de lá, a assumir a responsabilidade indemnizatória? Tudo isto merece clarificação. Não se pode afirmar apenas que há um mecanismo de comunicação, enganando o público e levando-o a pensar que tudo se resolve por via deste mecanismo.

No referido acidente de viação, a vítima ficou gravemente ferida, e os familiares estão em extremo desamparo, por o ganha-pão da família ter sido vítima do acidente, e estão preocupados, pois o causador do acidente não é de Macau e pode sair daqui, não havendo assim o apuramento das suas responsabilidades. Aquando da investigação do caso, as autoridades foram “lentas” e não lavraram o respectivo auto, fazendo com que os familiares ficassem mais preocupados. Em relação a este tipo de caso, de que apoio dispõem as autoridades para os familiares da vítima? Há espaço para acelerar todo o processo de investigação, para a vítima e os seus familiares sentirem que as autoridades dão grande importância ao caso e fiquem descansados?

Por último, sabe-se que, se forem interceptados por crimes não graves, os não residentes não podem ficar em Macau por muito tempo, assim, em caso de acidente de viação provocado por um não residente, e até noutras infracções ligeiramente leves, as autoridades competentes devem ponderar a criação de mecanismos que permitam o tratamento célere dos casos, o que é um assunto a ser ponderado, visto que Macau é uma cidade com mais de 30 milhões de turistas por ano e com uma população flutuante com elevado número de não residentes.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 19-02-2019

Optimizar as instalações complementares do posto fronteiriço da Ponte do Delta e abrir o transporte logístico

A Ponte do Delta abriu formalmente ao trânsito em Outubro e a sua taxa de utilização está a crescer de dia para dia, e sendo uma obra de engenharia do século, atrai um grande número de visitantes. Segundo as informações da Direcção dos Serviços de Turismo, durante o último período dourado do ano novo chinês, visitaram e entraram em Macau mais de 1 milhão e 200 mil visitantes, 190 mil através do posto fronteiriço da Ponte do Delta, que passou a ser o segundo maior em movimentação de pessoas.

Com a abertura da Ponte do Delta abriram-se também, em princípio, as mais variadas oportunidades para Macau. Por exemplo, o alívio da pressão do posto das Portas do Cerco, o aumento da capacidade concorrencial do aeroporto internacional de Macau, e o reforço do desenvolvimento da Grande Baía. Contudo, até a data é ainda baixa a referida taxa de utilização, e ainda faltam instalações complementares para maximização de uma obra que custou 100 milhões. Previa-se uma utilização de 9200 a 14 000 veículos por dia, mas na realidade a diferença é de 90%.

Os Governos de Hong Kong e Macau implementaram um plano de transbordo para evitar o requerimento de quotas, para conduzir até Macau através da Ponte, dos proprietários de veículos Hong Kong que reúnem as condições para o efeito, estes têm de reservar primeiramente um lugar de estacionamento em Macau, através da internet, e adquirir posteriormente o seguro automóvel em Macau. São complicadas as formalidades. Quanto aos de Macau, apenas podem utilizar o autocarro nas suas viagens até Hong Kong, portanto não podem conduzir as suas próprias viaturas.

Segundo os dados mais recentes dos Serviços de Alfândega, ainda não há transporte de mercadorias através da Ponte, e segundo o sector da logística, é provável que, com a sua entrada em funcionamento, haja mudanças na principal forma de ligação a Hong Kong, ou seja, no transporte marítimo, que venha a aumentar a integração do sector da logística de Macau no desenvolvimento da Grande Baía e que se criem novas fontes de abastecimento. Hong Kong já tem projectos de desenvolvimento para o sector da logística, mas em relação a Macau, ainda nada se ouviu.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Neste momento, as quotas para veículos particulares já atingiram 600 em Macau e 300 em Hong Kong. Para reforçar a utilização da ponte, o Governo deve estudar com Hong Kong a possibilidade de flexibilizar o regime de quotas a título experimental, podendo, numa primeira fase, atribuir 300, no sentido de permitir a apresentação imediata do pedido, a verificação dos resultados e posteriores ajustamentos, de modo a elevar a eficácia.

2. A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau pode reduzir os custos de transporte do sector logístico de Macau, abrir novos mercados e evitar a sua marginalização. No entanto, as zonas de tomada e largada de passageiros e as zonas de carga e descarga de mercadorias ao redor dos postos fronteiriços ainda não foram utilizadas. O Governo deve manter a comunicação com o sector, estudando a abertura gradual da ponte ao transporte de mercadorias, para que o sector possa integrar-se no desenvolvimento da Grande Baía.

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - “Será que o Colégio Eleitoral de uma minoria de 400 cidadãos, pode eleger um Chefe do Executivo da RAEM que assuma responsabilidades, cumpra as promessas, implemente boa governação e respeite rigorosamente a Lei Básica?”

A RAEM está prestes a celebrar os seus 20 anos de existência e eleger o próximo Chefe do Executivo.

Contudo, que balanço fazemos dos últimos dez anos da governação do actual Chefe do Executivo? Que mecanismos eficientes e eficazes existem em Macau, para que um Chefe do Executivo, após ter sido eleito, se veja na obrigação de justificar o incumprimento das promessas feitas antes de assumir o cargo de dirigente máximo da RAEM?

O período de transição entre o actual e o próximo Chefe de Executivo é muito curto para “tomar pulso” da situação e fazer um “balanço da governação” dos últimos dez anos comparando com as promessas feitas no Programa de Candidatura. Quantas promessas foram cumpridas e quantas não foram e porque não foram cumpridas.

Normalmente, nas eleições, promete-se tudo e a todos, sem pensar, se as promessas são exequíveis.

Para atingir os fins, não se olham aos meios. Uma vez eleitos, os candidatos “esquecem” das promessas e não cumprem as promessas.

O próximo Chefe do Executivo tem sempre uma vantagem. A vantagem da dúvida e expectativas dos cidadãos de que desempenhará bem o cargo. Mas a “lua de mel” será curta, porque há decisões urgentes que não podem ser adiadas, como por exemplo travar a degradação da qualidade de vida dos cidadãos, como elevar a moral e resolver os graves problemas dos trabalhadores da função pública, como evitar o despesismo do erário público, como melhorar a saúde pública, como resolver o trânsito rodoviário, como aumentar a oferta da habitação pública e como formar talentos.

O próximo Chefe Executivo será eleito por uma minoria de 400 eleitores. Há exigências e promessas feitas pelos candidatos. Tudo terá um custo. E este custo, muitas vezes vai contra os interesses dos cidadãos e dos trabalhadores.

Que responsabilidades tem um Chefe Executivo quando depara perante casos de corrupção e despesismo na contratação pública?

A confiança e credibilidade do Chefe do Executivo não se compra nem se ganha com a lotaria, mas com uma boa e transparente governação. E a boa governação assenta nos pilares da transparência governativa, sentido de responsabilidade política e ético profissional, rigor nas decisões para evitar que sejam os tribunais a tomar decisões

executivas, coerência e compromisso com as promessas feitas no Plano de Candidatura ao cargo de Chefe de Executivo.

Uma boa governação liderada pelo Chefe do Executivo implica ter capacidade de visão quer nas causas internas, quer nacionais e globais.

O exemplo da boa governação vem sempre da capacidade de liderança do Chefe do Executivo de assumir todas as responsabilidades do cargo que exerce e dos seus principais colaboradores directos. Ou seja, ter muitos deveres e poucos direitos.

Quem não está disposto a sujeitar-se a essas condições não pode pretender ser líder ou seja, ser Chefe do Executivo. No final, o que queremos, é um Chefe de Executivo que defenda intransigentemente os interesses da RAEM.

Muito Obrigado.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 19 de Fevereiro de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 19.02.2019

Revisão da legislação e dos regulamentos complementares sobre a violência doméstica, para prevenir e combater eficazmente esse acto

A prevenção e o combate à violência doméstica têm sido trabalhos prioritários do Governo e das instituições cívicas. Após a entrada em vigor da Lei da Violência Doméstica em 2016, a sociedade espera que, através desta, seja possível combater os casos de violência doméstica. Mas, de acordo com os dados disponíveis fornecidos pelo Instituto de Acção Social (IAS) e pelas instituições cívicas, há uma grande diferença entre o número das vítimas internadas nos lares destas instituições e o número de casos de violência doméstica autuados pelas entidades executoras da lei e pelo Ministério Público.

De acordo com os dados estatísticos do IAS, após a entrada em vigor da lei, o número de casos de violência doméstica diminuiu e, de uma média mensal de 10,3 casos, em Outubro de 2016, passou para 6,2 casos em 2018. Mas, em comparação com os dados da Polícia Judiciária, no ano passado, apenas se registou a instrução de 2 casos de violência doméstica, o que representa uma grande diferença face aos números divulgados. Mais, recentemente, o tribunal condenou um indivíduo que cometeu um caso de agressão de longa duração, e de abuso psicológico e sexual contra a mulher, desde 2004, mas o arguido não foi condenado pelo crime de violência doméstica. Será que a dificuldade em processar uma pessoa por violência doméstica reside na execução da lei ou na produção de prova? Ou os diversos serviços públicos têm uma interpretação diferente sobre a definição de violência doméstica? As pessoas não percebem o porquê disto, e isso também afecta a confiança da sociedade em relação à Lei da Violência Doméstica.

De acordo com as explicações dos serviços competentes, os indivíduos só são acusados de violação à Lei da Violência Doméstica com actos violentos contínuos ou reiterados. Mas, revendo o processo legislativo desta lei e o parecer da Comissão que apreciou a proposta de lei, estes referem claramente que “mesmo sendo praticados uma só vez, ou pelo menos sendo praticados de forma não reiterada, podem atingir o bem jurídico protegido pelo crime de violência doméstica”, o que é muito diferente da versão actual dos serviços públicos. A aplicação da Lei da Violência Doméstica é diferente da dos outros crimes, pois, de acordo com esta lei, nas penas a aplicar aos autores pode-se, por exemplo, obrigá-los a participar em programas especiais de prevenção de violência doméstica ou a receber aconselhamento psicológico; constituir as associações como assistentes das vítimas de maus-tratos; aplicar medidas restaurativas. Assim, se não se conseguir instaurar com sucesso um processo de violência doméstica, a protecção dos direitos e interesses das vítimas é afectada.

A Lei de prevenção e combate à violência doméstica já entrou em vigor há três anos e os trabalhos de revisão vão iniciar-se em breve, assim, solicito às

autoridades para a aproveitarem para analisar estas questões, bem como as razões da não criminalização dos casos de violência doméstica, clarificando o rumo da revisão, divulgando o andamento desta e as medidas de acompanhamento; e, através de reuniões interserviços lideradas pelo IAS, clarificar as definições da referida lei, uniformizando o entendimento dos serviços públicos, para evitar o conhecimento incorrecto da sociedade e proporcionar uma maior protecção às vítimas de violência doméstica.

Quanto aos trabalhos de prevenção da violência doméstica, sugiro às autoridades para: em relação aos casos em que não houve criminalização ou em que a acusação não foi feita em nome de violência doméstica, efectuar estudos sobre o recorrer a serviços de mediação e à criação de mecanismos de monitorização e acompanhamento a longo prazo, para conhecer periodicamente a evolução da situação familiar, evitando que os casos se transformem em violência doméstica grave ou contínua. Ao mesmo tempo, proponho às autoridades para: continuar a reforçar a divulgação da lei nos bairros comunitários e escolas; conceber cursos para as escolas através da cooperação entre serviços aplicadores da lei, DSEJ, IAS e associações de serviço social, divulgando-os nos bairros comunitários, e educar os estudantes e a sociedade, dando-lhes a conhecer correctamente a gravidade dos actos e os seus direitos, em prol do elevar da iniciativa da vítima na procura de apoio, da prevenção da ocorrência de violência doméstica a partir da fonte e da concretização de tolerância zero com a violência doméstica.

IAOD da Deputada Chan Hong em 19.02.2019

Melhorar as instalações complementares comunitárias e embelezar a cidade

Já se passaram 14 anos desde a inscrição de Macau na lista do Património Mundial, e o Governo tem-se empenhado em transformar Macau num Centro mundial de turismo e lazer. O desenvolvimento das zonas novas tem sido bom, mas o envelhecimento dos bairros antigos é cada vez mais grave, com a higiene ambiental, a fisionomia das habitações e as instalações complementares bem piores do que nas zonas novas. O contraste é enorme. Assim, a revitalização e o embelezamento são muito importantes para atrair os turistas a irem até lá visitar e consumir.

As medidas de revitalização são insuficientes, não passam de um “embrulho” dos pontos turísticos do Património Mundial e da melhoria das instalações complementares envolventes. Nos primeiros seis dias do ano bateu-se um novo recorde - os visitantes ultrapassaram os 11 milhões, um aumento de 27,4 por cento em comparação com o ano passado. A maioria dos turistas concentrou-se nos casinos, na Almeida Ribeiro e nas Ruínas de S. Paulo, o que demonstra que o fluxo de pessoas não foi eficazmente desviado para outras zonas antigas com características próprias. Para além da Rua dos Ervanários e do Templo de Hong Kong, as zonas vizinhas estavam tranquilas, e mesmo que houvesse turistas, as lojas estavam fechadas. Na Rua da Felicidade, o encerramento de muitas lojas durante o Ano Novo Chinês mais o seu ambiente degradado reduziram a vontade dos turistas em visitar aquela rua, e contrariam a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Sugiro ao Governo que continue com o embelezamento das vias públicas, isto é, para além de remodelar as fachadas dos edifícios nos bairros antigos e nas zonas do Património Mundial, com características próprias, e de aumentar as instalações turísticas complementares e verdes, deve pensar em medidas para incentivar as lojas a abrirem nos feriados, por forma a animar a cidade, a dinamizar o fluxo de pessoas, a revitalizar a economia dos bairros antigos, a melhorar o ambiente de vida da população e a elevar a imagem de Macau como cidade turística.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 19.02.2019

Os serviços de saúde devem rever os actos administrativos relativos à comunicação com médicos e doentes

Recentemente, o chamado maior caso de violência doméstica despertou ampla atenção social, devido à angariação de fundos para a recuperação da vítima. Em Outubro passado, recebi o pedido de apoio dos familiares e amigos da vítima, para ajudar e acompanhar as suas necessidades de assistência médica. Neste caso, a atitude e a forma de tratamento dos serviços de saúde merecem ser discutidas. Espero que o Governo possa rever os trabalhos de comunicação com médicos e doentes, e os respectivos actos administrativos.

1. Ignorar o direito à informação e à opção dos doentes

Em Outubro, os familiares, através do Hospital de Hong Kong para onde a doente foi transferida, ficaram a saber que os olhos da doente, cegos devido à queimadura, podiam ser recuperados, mas com a cirurgia a realizar-se fora de Hong Kong. Após vários pedidos de transferência sem resposta, a doente pediu-me ajuda. Em Novembro e Dezembro, enviei duas cartas aos Serviços de Saúde (SSM), e estes só me responderam, em finais de Janeiro e com algumas linhas, que estavam a acompanhar activamente o caso, mas não deram respostas aos familiares sobre a transferência, ou não, da doente para tratamento no exterior, nem a sua visão sobre a cirurgia. Como não houve resposta durante meses, os familiares, sem outra alternativa, procederam à angariação de fundos, e só na noite da angariação é que os SSM enviaram uma nota de imprensa a dizer que, devido a risco, a Junta para Serviços Médicos no Exterior tinha decidido recusar a transferência. Mas, antes disso, os familiares não foram informados das decisões do Governo nem da visão sobre a cirurgia por parte do hospital, constantes da referida nota. Sendo uma entidade médica, esta é uma conduta que ignora os direitos e interesses dos doentes e não os respeita.

Quando é que o Governo tomou a decisão? Foi tomada baseada no erário público, nos riscos cirúrgicos ou noutras considerações? Quais são as opiniões e a decisão do hospital? Tudo isto cai no âmbito do direito à informação da doente. O hospital esquivou-se várias vezes às questões levantadas por esta e não entrou em contrato com ela para lhe explicar e ajudá-la a obter o melhor tratamento, o que priva o direito à informação da doente, prejudica indirectamente o seu direito de opção e atrasa o “timing” para tratamento, pois a doente podia escolher, com antecedência, a melhor solução. Só depois da angariação pública é que as autoridades emitiram um comunicado de imprensa para explicar a solução do tratamento, mas parece que se apressaram a esclarecer o público e não a doente, o que nos leva a questionar se o administrador dos Serviços de Saúde é um profissional de saúde ou um agente de relações públicas, pois coloca a imagem

das relações públicas sobre os interesses da doente.

O mais importante é que as várias coisas constantes do comunicado de imprensa dos Serviços de Saúde não correspondem à verdade e enganam o público, pois estes negaram, por razões não fundamentadas, uma solução de tratamento reconhecida com 80 por cento de sucesso pelas revistas médicas internacionais como a “Natureza” (Natural) (link: <https://www.nature.com/article/eye2017287.pdf?origin=ppub>), entre outras, e salientaram quanto dinheiro é que já despendeu o Governo com a doente, o que transforma a família da doente numa figura que nunca está satisfeita, mesmo que tenha recebido muito dinheiro, e faz com que a doente seja alvo da crítica pública, apesar de ser vítima de desfiguração, e de estar cega e inválida. Os Serviços de Saúde só querem manter a sua imagem, colocando a doente em situação vulnerável e difamando a sua família. Esta conduta e estilo de relações públicas ignoram por completo os encargos psicológicos a suportar pela doente, em situação vulnerável, violando o princípio da boa-fé a que os serviços públicos devem obedecer.

2. Falhas administrativas desiludiram o pessoal médico da linha da frente que envidou esforços

A vítima de violência doméstica, depois de atingida por óleo quente e desentupidor líquido, permaneceu em coma durante 13 dias, e só depois de esforços do pessoal médico da linha da frente do Hospital Conde de S. Januário é que conseguiu sobreviver.

Desde que recebi este pedido de apoio, esperava que o Governo encontrasse, o mais rápido possível, a melhor proposta de tratamento para a doente, sabendo que esta e os seus familiares esperam que haja uma hipótese de vida neste impasse e, apesar dos esforços do pessoal médico da linha da frente no cumprimento das suas atribuições, os actos administrativos praticados pela instituição médica prejudicam os interesses dos doentes. Estes actos são irresponsáveis perante o doente e os seus familiares, e desiludiram o pessoal médico que envidou todos os esforços para a sua salvação, desperdiçando o seu trabalho. Esta atitude e forma de gestão são tumores das instituições médicas públicas, que devem ser removidos.

Por último, em meu nome e da família da vítima, agradeço ao público, aos funcionários públicos e ao pessoal médico, que assumiram as suas funções e responsabilidades, e espero que os Serviços de Saúde possam melhorar a comunicação com os doentes e, mesmo sendo necessário indeferir um pedido, devem justificar-se directamente perante o doente, e ser francos e honestos. Por último, apelo aos colegas da Assembleia Legislativa e ao Governo para encararem seriamente o regime vigente, apelando aos Serviços de Saúde para que procedam à revisão do mesmo, respeitando o direito à informação e de opção

(Tradução)

dos doentes, e tendo em conta os direitos e o bem-estar destes, sem usar as relações públicas para orientar as opiniões públicas. Só com a correcção destas falhas administrativas é que podemos ter um sistema de saúde verdadeiramente excelente.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 19.02.2019

Como é que os eleitores podem expressar a sua vontade de aceitar ou apoiar alguém a candidatar-se e a ser eleito como Chefe do Executivo?

Com a tomada de posse da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, o Presidente da Assembleia Legislativa, Ho Iat Seng, afirmou que “vai ponderar activa e prudentemente a sua candidatura”, e o Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac, disse que “vai ouvir opiniões para ponderar a sua candidatura”, levantando-se assim oficialmente o pano para a nova eleição, em círculo restrito, do Chefe do Executivo.

Questionado sobre a sua vontade de candidatar-se, o Presidente Ho afirmou o seguinte: “isso depende principalmente da aceitação da sociedade, se não aceitarem todos, não faz nenhum sentido candidatar-me”. No caso do Secretário Leong, parece que tinha tudo bem memorizado quando apresentou os critérios que o Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau já tinha invocado aquando da eleição para o Chefe do Executivo de Hong Kong no ano anterior, apontando o “apoio das gentes de Macau” como uma das condições para assumir o cargo de Chefe do Executivo. Coincidentemente, ambos afirmam a aceitação e o apoio dos cidadãos. À primeira vista, parece-nos que tudo depende do público, a candidatura e a assunção do cargo, e que a escolha dos cidadãos assume papel preponderante na eleição do Chefe do Executivo. No entanto, qual é a verdade? Todos sabemos muito bem.

O que é incontestável é o facto de a maioria esmagadora dos cidadãos de Macau não ter sequer direito a um voto! Como é que podem expressar a sua vontade de aceitar ou apoiar alguém a candidatar-se ou a ser eleito? O Governo realça repetidamente que a eleição do Chefe do Executivo tem de ser bem realizada. Então, qualquer pessoa com o mínimo de senso político pergunta: com um número pequeníssimo de eleitores, como é que a eleição há-de ser bem-sucedida? Como sempre aconteceu, o acesso à sala onde se procede à votação exclui as centenas de milhares de eleitores qualificados, tal como se fosse afixado um aviso insultuoso na porta a dizer que “não é permitida a entrada dos residentes de Macau, excepto a dos 400 membros da Comissão Eleitoral”. Segundo a obra Li Lou de Mencius, “a titularidade de altos cargos por imorais resulta na expansão dos seus malefícios para o público”, aliás, a imoralidade dos governantes acarreta grandes e persistentes flagelos para a sociedade e para a vida da população. Ao longo destes 20 anos, cada vez que se elege o Chefe do Executivo, quem é directa ou indirectamente afectada é a população, no entanto, a maioria só pode ver a eleição através da televisão, como se fosse um filme, e muitos nem sequer têm vontade de ver esse filme. Assim, os cidadãos perdem o seu sentimento de pertença, em relação ao governo que deveriam ter, o que resulta na estagnação, num baixo nível, do desenvolvimento do regime político democrático, e quanto ao Governo, continua a não ter nem necessidade política nem deveres políticos para responder perante os cidadãos.

Muitas pessoas que usufruíam de interesses políticos continuam a apoiar, como sendo natural, a política indirecta das associações, que funciona há dezenas de anos. Esta política indirecta tem o seu significado histórico e a sua necessidade, mas aqui não vamos entrar em pormenores. Porém é inegável que esta máquina já está velha demais para responder às necessidades decorrentes do desenvolvimento desta nova era. O Governo só pensa na tomada de decisões depois da auscultação das associações, mas o que daí resulta são grandes divergências entre as suas decisões e a opinião pública, dando-se assim origem a protestos sociais. Estes exemplos são inúmeros. Nestes últimos anos, algumas associações tradicionais já consideraram a “transformação interna” como tema e tarefa urgente.

Nesta nova eleição do Chefe do Executivo, vai continuar a adoptar-se a forma indirecta, mantendo-se “inalterado o método dos últimos 20 anos”. Isto é um grande problema, mas o mais grave é que os sectores e as associações afirmam que estão a representar os cidadãos. Como é possível quantificar esta representação? Até 2018, existiam nos cadernos de recenseamento 774 associações de pessoas colectivas. De acordo com a lei eleitoral vigente, cada pessoa colectiva, ou seja, cada associação, tem direito a um máximo de 22 votos, por outras palavras, no dia 16 de Junho deste ano, apenas um máximo de 17.028 pessoas podem votar. Estabelecendo a comparação com 310 mil e 400 residentes recenseados em Macau, quais são os fundamentos teóricos e científicos que conseguem provar que 5,5% dos eleitores, qualificados, competentes e inteligentes, podem representar os restantes 94,5% dos cidadãos? Existe, neste momento, algum regime para que a maioria dos eleitores tenha o direito de manifestar a sua vontade de não ser representado por uma minoria?

Alguns meios de comunicação social perguntaram-me se os potenciais candidatos têm credibilidade entre a população de Macau. A minha resposta é que é quase impossível confiar numa pessoa eleita por um “círculo pequeno”, que esta tenha o dever político e o incentivo político de prosseguir ao máximo o interesse público, bem como de abrir o coração e de ter coluna vertebral para fazer face às ameaças, coacções, e tentações dos interesses privados. Uma linha marca a diferença entre o *Trusted man* (o homem de confiança) e o *Yesman* (o mero cumpridor de ordens), e o que falta no meio de tudo isto é um sistema político democrático, justo e aberto.